

A MULHER DO CAMPO ENQUANTO AGENTE ATIVO DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO PARANAENSE: ESTUDO DE CASO NA C. VALE

THE FIELD WOMAN AS ACTIVE AGENT OF THE PARANAENSE AGRICULTURAL COOPERATIVISM: A CASE STUDY AT C. VALE

Daiane Franciele Staback
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
daiane.staback@hotmail.com

Ednilse Maria Willers
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
ednilse.willers@unioeste.br

Grupo de Trabalho (GT): GT6. Cooperativismo, associativismo e outras formas de ação coletiva

Resumo
Este estudo faz parte de um projeto de pesquisa que objetiva analisar a participação das mulheres cooperativistas em comitês femininos de cooperativas agropecuárias do estado do Paraná. Neste trabalho piloto, o foco foram os núcleos femininos da Cooperativa Agroindustrial C. Vale, do município de Palotina, com recorte territorial do Oeste do estado. Os comitês e/ou Núcleos Femininos formados pelas cooperativas agropecuárias tem se configurado em importantes aliados de inserção das mulheres do campo no sistema cooperativado rural. A metodologia utilizada foi do tipo estudo de caso, de caráter descritivo e quali-quantitativo em relação ao objetivo proposto. Em relação à coleta de dados, aplicou-se um questionário às cooperadas da empresa citada, participantes dos núcleos que fizeram parte deste estudo piloto. Além disso, houve, ainda, uma entrevista semiestruturada com a assessora de todos os núcleos da C. Vale. Os principais resultados obtidos, até o momento, sinalizam que a mulher do campo, agricultora e cooperada, é uma agente ativa no processo cooperativo. Desse modo, é importante e estratégico que a C. Vale continue e amplie as ações de seus Núcleos Femininos, como forma de expandir a captação de novas cooperadas e por meio dessas ações promover a constante inserção desse público no cotidiano das cooperativas agropecuárias.
Palavras-chave: Cooperativa. Educação. Núcleo Feminino. C. Vale.

Abstract
This study is part of a research project that aims to analyze the participation of cooperative women in women's committees of agricultural cooperatives in the state of Paraná. In this pilot work, the focus was on the female centers of Cooperativa Agroindustrial C. Vale, in the municipality of Palotina, with a territorial cut in the west of the state. The Feminine Committees and/or Nuclei formed by agricultural cooperatives have become important allies for the insertion of rural women in the rural cooperative system. The methodology used was a case study, descriptive and qualitative-quantitative in relation to the proposed objective. Regarding data collection, a questionnaire was applied to the cooperative members of the aforementioned company, participants of the centers that were part of this pilot study. In addition, there was also a semi-structured interview with the advisor from all C. Vale centers. The main results obtained, so far, indicate that the rural woman, farmer and cooperative member, is an active agent in the cooperative process. Thus, it is important and strategic that C. Vale continues and expands the actions of its Women's Centers, as a way of expanding the attraction of new cooperative members and, through these actions, promoting the constant insertion of this public in the daily life of agricultural cooperatives.
Key words*: Cooperative. Education. Female Core. C. Vale.*

1. Introdução

Este estudo objetiva analisar a participação de mulheres cooperativistas em comitês femininos, trabalho realizado pela Cooperativa Agroindustrial C. Vale, com sede no município

de Palotina, Oeste do Paraná. Trata-se de uma iniciativa que propõe a discussão da participação e da inserção dessas organizações femininas no interior do sistema cooperativista.

As reuniões dos comitês femininos são consideradas, pelas associadas, como espaço para a criação de vínculos sociais e de oportunidades para terem acesso às informações da cooperativa relacionadas ao seu cotidiano. Nessas reuniões, a C. Vale reúne suas cooperadas e faz o repasse de informações relativas as atividades da cooperativa, bem como informações sobre temas diversos, tais como cuidados com a saúde, relacionamento familiar, convívio comunitário, planejamento e gerenciamento da economia familiar, empreendedorismo e palestras motivacionais, entre outros (BRAATZ; KUHN, 2009).

Os encontros buscam desenvolver a autoconfiança e a autoestima das cooperativistas associadas e, com isso, promover melhorias na capacidade de relacionamento entre as sócias, seus familiares e na comunidade na qual estão inseridas. A partir da leitura dessas ações, será analisada de que maneira o comitê contribui para a participação e a inserção das participantes no cotidiano da cooperativa em foco.

O fortalecimento do cooperativismo no Brasil revela uma faceta interessante: o forte crescimento da participação feminina nas cooperativas. Não só aumentou o número de mulheres associadas, agora, elas passaram a predominar nos cargos executivos das associações (HEIN; BÜTTENBENDER, 2011).

Não são poucos os desafios que as mulheres enfrentam para o seu reconhecimento no setor do agronegócio. No entanto, elas vêm conquistando seu espaço e encontrando meios para suplantar a baixa participação no cenário brasileiro (SENAR-PR, 2009). A sua presença já é constante em diversas atividades: nas plantações, nas salas de ordenha, sobre as máquinas agrícolas, em rodadas de negócios, e ainda, em frente ao computador para acompanhar as condições climáticas ou as cotações do dia.

O cooperativismo, como estratégia de desenvolvimento econômico social rural, pode ser um aliado na inserção das mulheres nos espaços de decisão e poder, por ser uma doutrina que tem como valores a ajuda mútua, a responsabilidade, a democracia, a igualdade, a equidade e a solidariedade. Observa-se esforços no sentido de promover a inserção das mulheres no cooperativismo do agronegócio, em razão desse segmento abarcar a grande maioria das cooperativas nacionais, as quais vem aumentando as suas ações de incentivos à participação das mulheres em suas atividades.

Dentro do contexto das cooperativas, o processo de educação tem um papel estratégico, pois busca promover a integração ativa dos cooperados, a partir de uma intervenção crítica na gestão da cooperativa e no usufruto dos produtos e serviços econômicos e assistenciais oferecidos. Para Nascimento (2000), a maioria dos problemas enfrentados pelas cooperativas, inclusive financeiros e gerenciais, podem ser resolvidos com a maior participação de todos os envolvidos e isto passa, necessariamente, pela educação cooperativista.

O novo papel desempenhado pela mulher na dinâmica econômica e social tem despertado, de forma geral, o interesse crescente em busca de novas pesquisas nessa área. Cada vez mais os pesquisadores se interessam em observar e analisar o universo feminino na área do cooperativismo e a inserção das mulheres no mundo rural, como em Heredia e Citrão (2006), Hein e Büttenbender (2011), Leal e Cotrim (2014).

Isso posto, o presente estudo está estruturado em cinco seções, contando com esta introdução. Na segunda seção, será abordada a fundamentação teórica acerca do cooperativismo, a inserção da mulher no rural e a educação cooperativista. A terceira apresenta o método de pesquisa que norteou este estudo; na quarta, a análise e discussão dos dados e, por fim, na quinta, traz-se as considerações finais, limitações do estudo e as recomendações para futuros estudos.

2. A Inserção Feminina no Meio Rural

As mulheres apresentam diariamente inúmeras ocupações, sendo elas de natureza social, pessoal ou corporativa, tornando seu dia a dia desafiador e exigente. Desse modo, entende-se que no contexto do cooperativismo a participação feminina também está relacionada com o desempenho de vários papeis concomitantes.

Na contemporaneidade, é possível presenciar a diferença de gênero em variadas atividades econômicas e no cooperativismo essa realidade não é diferente, pois a participação social feminina é inferior se comparada ao sexo masculino (GRADE; BASSO, 2019).

O desempenho feminino no mercado de trabalho, incentivado pelo desenvolvimento econômico e pelo aumento dos índices de escolaridade, aliado às mudanças demográficas e sociais, alterou-se significativamente nas últimas décadas. Dos anos 2000 para cá, as mulheres passaram a contribuir de maneira efetiva, agregando de forma positiva e enriquecedora em variados setores da economia. No cooperativo essa realidade não é diferente (GRADE; BASSO, 2019).

Apesar das dificuldades, as mulheres vêm conquistando seu espaço, de forma a suplantar a baixa participação nesse setor. Assim, o trabalho feminino, considerado por tempo como sem valor produtivo e voltado em sua maioria às atividades que garantiam a manutenção da estrutura familiar, como cuidar dos filhos e do marido e demais atividades domésticas passa a ter outra conotação, na qual a mulher participa de forma efetiva do sistema produtivo rural (HEREDIA; CINTRÃO, 2006).

Com relação ao cooperativismo, esforços têm sido feitos no sentido de promover a inserção das mulheres. Prova esta que, em 1995, a Aliança Cooperativa Internacional criou o Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe. A partir daí a Aliança Cooperativa Internacional tem enfatizado a importância da participação das mulheres no cooperativismo (LEAL; COTRIM, 2014).

Seguindo as diretrizes da Aliança Cooperativa Internacional, a Coopergênero é lançada em 2004 no Brasil pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Seu objetivo foi o de contribuir para a construção da equidade/equilíbrio de gênero no âmbito do cooperativismo e associativismo brasileiro (LEAL; COTRIM, 2014). Os princípios dessas iniciativas fortaleceram a ideia da necessidade de gerar estratégias para que as mulheres venham a ter uma participação mais igualitária nas atividades relacionadas ao cooperativismo.

A inclusão da mulher no sistema cooperativista incentivou à sua contribuição na geração de emprego e renda. Cabe a estas mensurar o conceito de gênero e considerar os reflexos dessa atitude nas práticas cooperativistas. O fato de as associadas fazerem parte da cooperativa é um acontecimento importante para a construção de sua identidade enquanto integrante e parte ativa dessa cooperativa. Elas demonstram-se muito conscientes das responsabilidades que assumem, associando essa participação à defesa da categoria profissional (BÜTTENBENDER, 2010).

2.1 A Mulher no Cooperativismo Rural

A inserção das mulheres em novos ambientes de trabalho tem sido uma conquista gradativa e abrangente. Trata-se de um processo que vem crescendo progressivamente. No entanto, elas já participam e protagonizam as atividades dos mais variados setores.

Os princípios e valores cooperativos, principalmente no que concerne à valorização da gestão democrático-participativa, fazem com que tais organizações sirvam de instrumento facilitador da participação das mulheres no contexto rural e de superação da desigualdade de gênero, conforme destaca Daller (2010, p. 16):

> [...] dar igualdade de oportunidades e visibilidade ao trabalho da mulher, valorizar suas ações e inseri-la nas funções da gestão da organização e tomadas de decisão é,

no mínimo, seguir a tendência mundial e agir conforme os princípios e valores cooperativistas.

O cooperativismo, dessa forma, pode significar a construção de redes de solidariedade, fortalecendo tanto a coletividade quanto o próprio sujeito no interior da organização. Visando estimular a presença da mulher na participação e nas decisões das cooperativas, elas passaram a implementar ações estratégicas com a finalidade de nortear objetivos e políticas públicas para o desenvolvimento das mudanças de valores e da inclusão da mulher no sistema cooperativado.

Essas ações alavancaram as oito áreas estratégicas definidos pelo Programa de Ação Regional para as Mulheres cooperativadas criada pela ACI - América Latina e do Caribe. São elas: a) equidade de gênero; b) desenvolvimento econômico e social, levando em consideração a participação equitativa das mulheres nas decisões, nas responsabilidades e nos benefícios do desenvolvimento; c) eliminação da pobreza; d) igualdade de participação das mulheres nas tomadas de decisões, no poder, na vida privada e pública; e) direitos humanos, paz e violência; f) divisão de responsabilidades familiares, reconhecimento da pluralidade cultural da região; g) apoio e cooperação internacional; h) acompanhamento efetivo por parte das organizações e instituições (DALLER, 2010).

Esse importante marco desencadeou iniciativas e estratégias inovadoras na transformação dos modelos cooperativos vigentes, sensibilizando e conscientizando homens e mulheres para os desafios inerentes à sociedade globalizada, visando a construção da igualdade de gênero (op Cit.).

De acordo com Cielo, Wenningkamp e Schmidt (2014), torna-se importante destacar a inserção da mulher no mercado de trabalho do agronegócio. Por mais que seja evidente que as mulheres ainda sofrem com a desigualdade de gênero, há a consciência e uma forte tendência para a maior participação da mulher no agronegócio brasileiro (CIELO; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2014).

O cooperativismo hoje é uma importante força para a economia do país. Segundo a OCB, em 2020, existiam 5.314 cooperativas ativas, congrega 15.5 milhões de cooperados, no qual se distribui em 62% do sexo masculino e 38% do sexo feminino e gerando 427,5 mil empregos (OCB, 2021).

Além de gerar trabalho, emprego e renda, as cooperativas transformam a realidade de milhares de brasileiros, todos os dias. Só nos últimos oito anos, o número de pessoas que se uniram às cooperativas aumentou 62%. E a quantidade de empregos gerados aumentaram 43%.

O cooperativismo agropecuário já se estendeu em todo território nacional, tendo um total de 1.223 cooperativas agropecuárias registradas pela OCB, com um total de 992.111 cooperados e 207.201 empregados, se tornando o maior ramo desde o início das primeiras cooperativas no país (OCB, 2021).

Sendo o agropecuário mais conhecido pela sociedade brasileira, participando significativamente das exportações e, ao mesmo tempo, abastecendo o mercado interno de produtos alimentícios. Esse setor presta um enorme leque de serviços - desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados (GONÇALVES, 2001).

Em 2019, as mulheres representavam 38% dos mais de 15 milhões de cooperados. Ao analisar a distribuição por gênero nos sete ramos do cooperativismo, a representatividade destaca-se nos segmentos do Consumo e da Saúde, alcançando mais da metade dos cooperados dos ramos: 51%. O Ceará e Amazonas são os estados em que a participação das mulheres no número de cooperados supera à masculina, alcançando 55% e 61%, respectivamente (OCB, 2021).

Segundo Hein e Büttenbender (2011), o cooperativismo surgiu como uma alternativa contra as desigualdades sociais causadas pelo movimento capitalista, teve seu reconhecimento

pela associação e cooperação de pessoas que se encontravam na mesma situação desvantajosa, e que tinham o mesmo objetivo de ter mais bem resultados de trabalho.

A participação das mulheres dentro do cooperativismo é primordial e muito importante, mas esta participação ainda é limitada, sendo que as mulheres ainda são minoria em comparação com a participação dos homens, não só no cooperativismo. Contudo, o próprio sistema cooperativista vem lutando para motivar a participação das mulheres em seus processos de gestão e de cooperação (PEREIRA; BÜTTENBENDER, 2020) e nesses processos pode-se citar a educação cooperativista.

2.2 Educação cooperativista

Para iniciar as discussões teóricas desse estudo, recupera-se uma afirmativa de Frantz (2008, p. 50) quando diz que a educação "é um processo que se realiza, de forma complexa e múltipla, nas relações sociais, as quais ocorrem nos mais diferentes espaços da vida humana: no trabalho, nos grupos sociais, nos movimentos sociais, na família, na escola, na igreja, no partido político, no sindicato e na cooperativa". Com base em tal pensamento, parece claro que ela "é um fenômeno que contém aspectos técnicos, políticos e culturais. As características inerentes à complexidade do fenômeno social da cooperação contribuem para o processo educativo em organizações cooperativas" (FRANTZ, 2012, p. 50).

Para compreender melhor o fenômeno da educação, lança-se mão das postulações de Libâneo (1998, p. 24):

> [...] a educação associa-se, pois, a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores, etc. É intrínseco ao ato educativo seu caráter de mediação que favorece o desenvolvimento dos indivíduos na dinâmica sociocultural de seu grupo, sendo que os conteúdos dessa mediação são os saberes e modos de ação. [...].

Se a educação pode ser entendida como um processo de comunicação e de interação em uma sociedade, então "as organizações cooperativas se constituem em campos de educação, fundadas no sentido da organização e na atuação de seus cooperados (FRANTZ, 2012, p. 51). Tendo essa assertiva como verdadeira, julga-se importante identificar quais são as práticas ou ações educativas inerentes às organizações cooperativas e compreendê-las, já que isso tem a ver com a racionalidade e funcionalidade dessas empresas. Em outras palavras, esse percurso é percebido como "fundamental para a construção das condições de estabilidade de uma cooperativa, uma vez que esta deve ser produto de uma ação consciente e combinada entre sujeitos com vistas a um determinado fim" (FRANTZ, 2012, p. 51).

De acordo com Frantz (2012, p. 54), uma cooperativa se caracteriza por dois extremos: "um associativo e outro instrumental, isto é, empresarial". Assim sendo, ela é entendida como uma ação política, organizada pelo enlaçar desses contextos. No intuito de esclarecer essa polaridade, Frantz (2003, p. 28) argumenta que,

> [...] em razão da natureza da organização cooperativa – associação e empresa – a educação, como formadora e qualificadora de seus integrantes, se constitui um dos aspectos fundamentais de sua estrutura e gestão. Por isso, comunicação e educação, em organizações cooperativas, não devem envolver apenas os cooperados, mas também aqueles que venham somar-se a elas pelo seu trabalho, pelos serviços técnicos ou gerais.

Sendo a cooperativa um instrumento do trabalho, a educação para a cooperação afirma a importância do diálogo entre os cooperantes e a sua plena consciência sobre o caráter social,

justo, transparente e solidário da organização (FRANTZ; SCHONARDIE; SCHNEIDER, 2017). Desse modo, opõe-se ao sentido tradicional de educação, afirmado ao longo do processo capitalista de produção, com o objetivo de qualificar as pessoas para a produção sob a lógica do capital e como processo de geração e afirmação de valores de legitimação dessa lógica, realizada sob o princípio da individualização e da concorrência (MÉSZÁROS, 2005).

Segundo Souza (2000, p. 7), as iniciativas de educação cooperativa "têm pouco peso econômico, mas possuem grande significação cultural, afinal são experiências destacadamente educativas". Complementando essa perspectiva, entende-se que é na afirmação e na construção desses processos sociais que será dada ênfase às práticas voltadas à cultura de valores e de comportamentos de cooperação.

Lago (2008) reforça que a falta de educação cooperativista é a principal origem dos problemas de infidelidade e oportunismo do cooperativismo. Desse modo, tais questões contribuem para a ausência de resultados, ao endividamento e prejudicam a capitalização e até a sustentabilidade da cooperativa. Nesse sentido, Schneider (2007) enfatiza que a educação cooperativista é um mecanismo indispensável para garantir a sobrevivência das cooperativas, reforçando que, sem essas atividades de cunho educacional, as cooperativas podem correr o risco de serem absorvidas pelo sistema socioeconômico vigente, em que há predominância da concorrência e do conflito.

Essas iniciativas educativas, entretanto, exigem novas aprendizagens de forma lenta e constante. Isso já foi preconizado por Gohn (1999, p. 92), quando afirmou que "o verdadeiro processo da cooperação cooperativa exige cooperados que sejam os efetivos protagonistas das ações e dos empreendimentos cooperativos, ou seja, que os dirijam de forma autônoma, democrática, solidária e participativa". Nesse sentido, Frantz, Schonardie e Schneider (2017) acrescentaram que o agente cooperativista é convidado a construir um empreendimento que esteja sob a sua condução e responsabilidade e não a serviço de terceiros.

Para tanto, é necessária a clareza sobre o que diferencia as cooperativas de outros tipos de empresas. Isso quer dizer que cooperados, dirigentes e funcionários precisam saber as especificidades das cooperativas, entendendo sua missão e objetivos e qual é a sua função de cada um dentro da organização e como podem melhor cumpri-la. Sem educação cooperativista dificilmente esse tipo de empresa poderá funcionar adequadamente, cumprindo com seus objetivos e respondendo aos desafios que serão apresentados diariamente.

Em acréscimo, Santos (2000) ressalta que a educação cooperativista pode ser considerada um dos princípios do cooperativismo e tende a ser vista como um importante instrumento para promover o desenvolvimento delas. Em fase disso, o autor salienta que, uma vez que os cooperados, dirigentes e todos os envolvidos direta ou indiretamente na cooperativa começarem a ter uma compreensão mais clara do que é e o que pode dar o cooperativismo, certamente entenderão que precisam vivenciar com mais autenticidade o seu papel e cumprir com eficiência suas responsabilidades. Assim dizendo, eles passarão a atuar com afinco no dia a dia de suas cooperativas, comprometidos com a sua gestão.

A educação cooperativa também significa conhecimento (HENDGES; SCHNEIDER, 2006). Sendo assim, pensa-se que identificar e compreender os valores, regras e princípios que norteiam o movimento cooperativo é o primeiro passo para que um sócio inicie sua participação em uma cooperativa e passe a integrar seu quadro social. Não menos importante, recomenda-se que os cooperados, antes que pensarem em fazer parte de uma associação dessa natureza, procurem conhecer de antemão sua estrutura e os princípios que orientam seu funcionamento (HENDGES; SCHNEIDER, 2006).

Ampliando tais informações, Frantz (2003, p. 2-3) ressalta que,

> [...] quanto mais se compreende os fenômenos e os acontecimentos em todos os espaços da vida, mais possibilidades de organização e ação se apresentam diante de suas dificuldades ou interesses. Entre o conhecimento e a ação dos homens existe uma

> estreita relação. Dessa relação nasce o poder de ação. Pela organização cooperativa, busca-se poder de ação. Portanto, faz sentido aprofundar o conhecimento teórico sobre o que é e como funciona uma cooperativa. O exercício do poder cooperativo depende dessa compreensão, depende de conhecimento.

Reforçando a importância da iniciativa de buscar o conhecimento, Freire (1997) lembra que se o homem buscar essa consciência de autonomia, se tornará mais fácil conhecer, compreender e se comprometer com a própria realidade. Em resumo, Albuquerque (2003), ao fazer referência ao projeto político-pedagógico, item que também se aplica ao contexto da educação cooperativa, destaca que ele precisa dar conta da missão de identificar quais são as finalidades sociais que precisam ser reforçadas, de modo que seja possível garantir, de fato, a construção de dignidades e, concomitantemente, de indivíduos mais autônomos.

Ainda sobre os projetos político-pedagógicos de cooperativas, Ferreira, Sousa e Amodeo (2018, p. 526) pensam que eles precisam ser compreendidos como lugares de "construção coletiva dos conhecimentos que se encontram tanto disponibilizados pela cultura de uma sociedade como existentes no grupo." Além disso, os autores acreditam que tais documentos educacionais "clamam por um agir cooperativo no seu sentido mais amplo, que possibilite a passagem de uma cultura pautada na desconfiança para uma cultura que tenha como prioridade, necessariamente, a confiança e a cooperação".

Finalizando as discussões sobre a educação cooperativista, Jakobsen (1996) explica que ela deve cumprir dois propósitos básicos: a) compartilhar com os membros da cooperativa o entendimento sobre a lógica e a dinâmica desse tipo de organização e qual o papel do cooperado; e b) dar subsídios suficientes aos associados em relação às ferramentas que os habilitarão a pensar em novas soluções, de acordo com a lógica geral dos princípios e valores cooperativos, especialmente em contextos de crise e de necessidades de mudança e inovação. Nesse último item, inserem-se tanto as técnicas de gestão e produção como também os conhecimentos específicos mais variados possíveis, que melhorem o desempenho do produtor e da cooperativa (FERREIRA; SOUZA; AMODEO, 2018).

Em suma, enfatiza-se que é no contexto da cooperativa e do cooperado que se percebem "constantes manifestações dos próprios representantes das cooperativas sobre a necessidade de promover um processo contínuo de aprendizagem [...] e, por conseguinte, de difundir entre os indivíduos envolvidos, [...], o conhecimento sobre sua natureza específica" (FERREIRA; SOUZA; AMODEO, 2018, p. 527). Nesse sentido, pensa-se que é necessário lançar mão do quinto princípio cooperativista, qual seja: educação, formação e informação, de modo que seja possível atender às demandas particulares de tais processos de aprendizagem específicos dessas organizações (FERREIRA; SOUZA; AMODEO, 2018).

É nesse contexto apresentado que a Cooperativa Agroindustrial C. Vale, por meio de um trabalho voltado para as mulheres das comunidades rurais dos municípios em que detém unidades de atendimento, contribui para o desenvolvimento social e pessoal de suas associadas/cooperadas por meio de projetos de integração sociocultural, cujos resultados estão sendo levantados e analisados como estratégia permanente de atração, participação efetiva e fidelização das mais bem cooperadas à C. Vale.

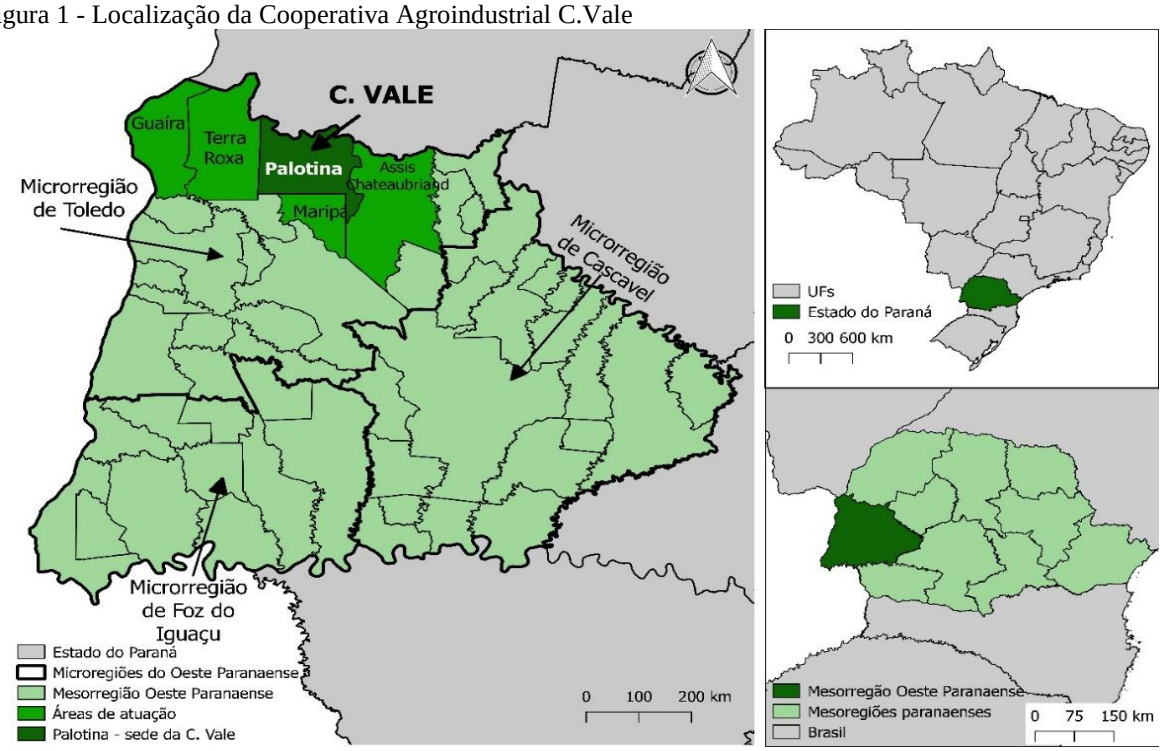
3. Procedimentos metodológicos

O estudo caracteriza-se, principalmente, por seu caráter descritivo, tendo sido desenvolvido a partir de um estudo de caso na cooperativa C. Vale. Para alcançar o objetivo proposto, foram utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa, de forma complementar.

No que tange a técnica de coleta de dados, utilizou-se um questionário para uma amostra de cooperadas, além de uma entrevista semiestruturada direcionada a responsável pelo núcleo feminino da C. Vale, a senhora Mirna C. Klein Fúrio, na sede da cooperativa.

O universo desse estudo envolveu as cooperadas da cooperativa C. Vale da Microrregião de Toledo, localizada na mesorregião Oeste do Paraná, e possui unidades de atendimento nos munícipios de Assis Chateaubriand, Guaíra, Maripá, Palotina (sede da Cooperativa) e Terra Roxa (Figura 1).

Figura 1 - Localização da Cooperativa Agroindustrial C.Vale



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Devido ao significativo tamanho e a dispersão geográfica do universo, optou-se por trabalhar com uma amostra da população. Para determiná-la, utilizou-se a fórmula a seguir, calculada segundo a expressão para populações finitas proposta por Richardson (1985):

$$n = \frac{\sigma \,.\, p . q}{E^2(n-1) + \sigma^2 \,.\, p \,.\, q}$$

Em que:

n = tamanho da amostra

p = proporção da representatividade de cada unidade pesquisa no universo da amostra.

q = 100 – p

N = tamanho da amostra

E2 = erro de estimação permitido

σ^2= Nível de significância

Pretendeu-se que a proporção da característica pesquisada no universo fosse 50%, ou seja, o caso mais desfavorável para a estimação, pois é aquele em que a amostra deve ser maior. Nesse caso, a proporção do universo que não possui a característica pesquisada é de 50%.

Considerando um nível de confiança de 95%, equivalente a dois desvios, e um erro de estimação de 7%, obteve-se o tamanho mínimo da amostra composto por 65 cooperadas. Dessa forma, a amostragem pode ser considerada probabilística.

Os dados coletados caracterizam-se como primários. A coleta dos questionários dirigidos às participantes ocorreu por meio da plataforma *Google forms*, eletrônico, via WhatsApp, cujo contato foi repassado pela própria cooperativa. O intuito foi o de capturar a percepção das cooperadas sobre a educação cooperativista. A aplicação dos questionários ocorreu ao longo do mês de fevereiro de 2022. Sendo assim, dos 120 questionários enviados, 54,16% retornaram as autoras, com um total de 65 questionários aptos a análise respeitando assim o nível de confiança e erro amostral posicionado. Devido ao tempo não foi possível aguardar mais retornos, o que levou ao resultado apresentado neste estudo.

As opções de resposta às questões seguiram a Escala Likert, com variação de (1) a (5) nas respostas, sendo: (1) Discordo Totalmente; (2) Discordo em Partes; (3) Nem Concordo e Nem Discordo; (4) Concordo em Partes e; (5) Concordo totalmente.

Sobre a entrevista semiestruturada concedida pela Assessora da Assessoria de Qualidade e Comunicação da C. Vale, na sede da Cooperativa, ela ocorreu no dia 10/03/2022. Essa assessora foi escolhida por ser a responsável pelo setor no qual são desenvolvidos os programas e as práticas da educação cooperativista direcionadas as mulheres.

No que tange a tabulação dos dados, ela foi feita no software Excel 2013, com a análise descritiva dos dados. A interpretação dos dados foi realizada com base na estatística descritiva, por meio do confronto dos resultados empíricos com a teoria abordada.

4. Resultados e discussões

A C. Vale é uma cooperativa agroindustrial com atuação no Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Paraguai. Possui 179 unidades de negócios, mais de 24.000 associados e mais de 12.000 funcionários. Destaca-se na produção de soja, milho, trigo, mandioca, leite, frango, peixe e suínos, e atua na prestação de serviços, com mais de 260 profissionais que dão assistência agronômica e veterinária aos associados. Para manter os cooperados atualizados tecnologicamente, a C. Vale desenvolve cursos, palestras, treinamentos e dias de campo (C. VALE, 2022).

A cooperativa C. Vale tem como objetivo promover a integração socioeconômica da família do cooperado visando uma maior proximidade entre a cooperativa e a própria comunidade. Deste modo o núcleo feminino tem como finalidade as sócias, para que em conjunto e democraticamente possam discutir e buscar soluções, estimulando a informação e o desenvolvimento cultural. Tem como desígnio proporcionar a participação ativa das integrantes nas atividades dos núcleos femininos, a fim de buscar junto a C. Vale apoio e informação que venham de encontro com as necessidades do grupo (NÚCLEO FEMININO, 2015).

Com o propósito de estimular ao máximo a participação das sócias, como também dos pais, esposos e filhos na C. Vale, o Núcleo Feminino divulga os trabalhos realizados pelas cooperadas, estimulando a participação de novas integrantes, como também tornando público a união e os resultados conquistados pelo grupo em suas atividades. Como exemplo pode-se citar: a divulgação de novas técnicas que visam o melhoramento socioeconômico e cultural do quadro social com a intenção de zelar por uma integração saudável do sistema cooperativista (NÚCLEO FEMININO, 2015).

Os Núcleos femininos que participaram da amostra deste estudo, são compostos por 120 mulheres associadas e/ou esposas e filhas de cooperados da C. Vale. É regido pelo Regimento dos Núcleos Femininos pertencentes aos municípios da mesorregião Oeste do Paraná, com abrangência nos municípios de Assis Chateaubriand, Maripá Palotina e Terra Roxa (Quadro 1):

Quadro 1 - Composição dos Núcleos femininos da C.Vale participantes do estudo

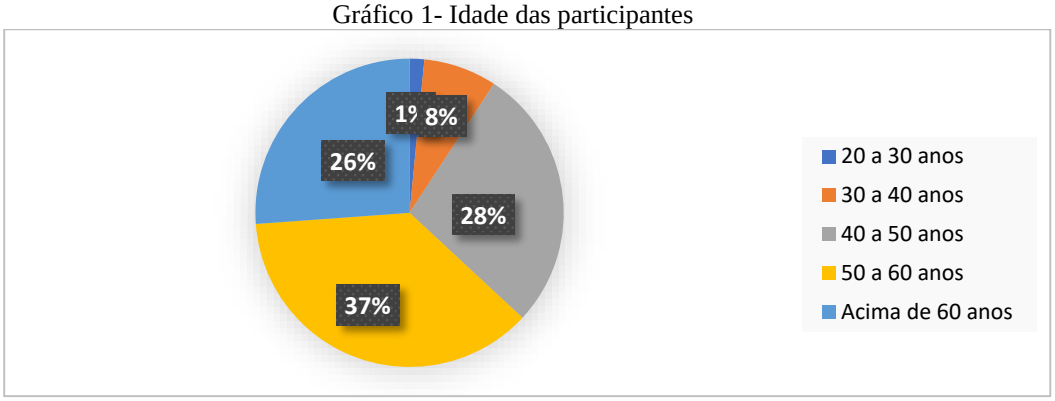
Núcleos femininos distribuído por município	
Núcleo Feminino de Palotina	28 participantes
Núcleo Feminino de Assis Chateaubriand	31 participantes
Núcleo Feminino de Terra Roxa	26 participantes
Núcleo Feminino de Maripá	35 participantes

Fonte: C. Vale (2022).

Dentre os aspectos abordados, os resultados abaixo, delinearam o perfil das cooperadas participantes do estudo. Neste bloco, foi dado destaque para: a) idade; b) grau de escolaridade; c) se é cooperada da C. Vale e; d) qual município a participante reside.

Quanto a faixa etária de idade com maior participação tem-se mulheres com idade entre 50 a 60 anos (37% da amostra), seguida por mulheres com 40 a 50 anos (28%). Ou seja, 65% da amostra é composta por mulheres adultas, que fazem parte de um núcleo familiar e que estão em idade produtiva, participando, ativamente das atividades rurais em que estão inseridas (Gráfico 1):

Gráfico 1- Idade das participantes



Fonte: Elaborado com base nos dados coletados (2022).

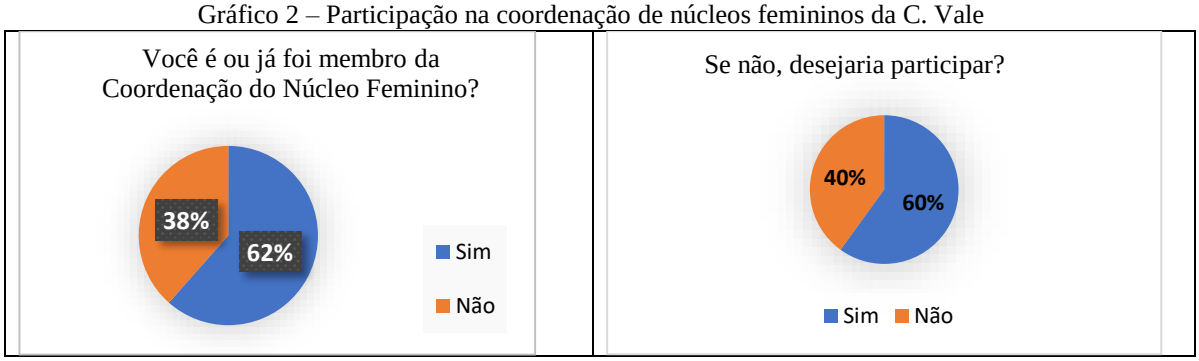
Quanto ao nível de escolaridade da amostra, constatou-se que a maioria das respondentes possui o ensino médio completo (60%), seguido pelas que concluíram o ensino fundamental (32%), e, 8%, com ensino superior. Com esses dados tem-se uma amostra, totalmente, composta por mulheres com formação escolar. Esses resultados ratificam os dados do IBGE (2011) de que a Região Sul do país detém o melhor índice de qualificação do país no quesito grau de escolaridade das mulheres rurais. Esse fato pode potencializar, significativamente, o grau de participação dessas mulheres nos núcleos femininos da C. Vale, uma vez que, tendem a ter maior entendimento da importância das ações dos núcleos em prol do fortalecimento da mulher no campo, via cooperativa.

Com relação ao número de entrevistadas que são associadas à C. Vale, tem-se o percentual de 80%, dessas, noventa e cinco por cento participam das assembleias promovidas pela C. Vale. A participação dos cooperados nas assembleias anuais é de grande importância para o fortalecimento e o comprometimento desses com a C. Vale. No tocante a participação e presença da mulher nessas assembleias tem-se, praticamente, sua totalidade presente. Esse resultado indica que as mulheres que fizeram parte desse estudo compreendem o valor de sua participação e o quanto impactam positivamente no quadro cooperativo da C. Vale, uma vez que, são nessas assembleias que se aprovam, além das questões financeiras e fiscais, as estratégias futuras da cooperativa.

Questionadas se já participaram da coordenação do núcleo feminino da C. Vale, 62% disseram que “sim” e 38% responderam que “não”. Dessas 38% que não participaram, 40% afirmaram que não tem interesse em participar da coordenação (Gráfico 2). Esse

percentual merece estudos posteriores na busca por respostas do porquê desse desinteresse, uma vez que participar desses núcleos pode ser um diferencial na vida dessas cooperadas, incentivando-as a lideranças locais que podem ampliar a união dessas cooperadas em prol de objetivos comuns para essas mulheres.

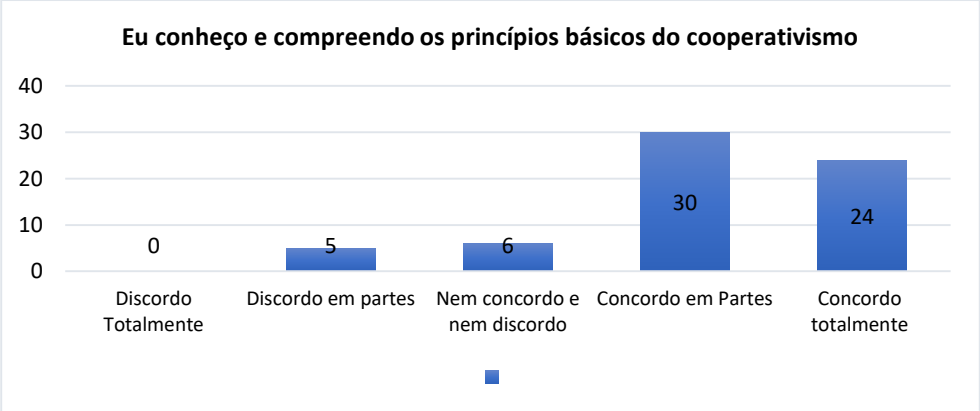
Gráfico 2 – Participação na coordenação de núcleos femininos da C. Vale



Fonte: Elaborado com base nos dados coletados (2022).

Dando continuidade à análise das respostas obtidas, a próxima questão objetivou conhecer a relação entre educação cooperativista e a participação das cooperadas na C. Vale, bem como a compreensão delas acerca dessa educação cooperativista. Primeiramente se ensejou saber se as respondentes conhecem e compreendem os princípios básicos do cooperativismo (Gráfico 3). Oitenta e três por cento das entrevistadas afirmaram que conhecem e compreendem esses princípios. Esse resultado pode ser um indicativo positivo de efetividade da educação cooperativista realizada pela C. Vale por meio das atividades desenvolvida pelo núcleo.

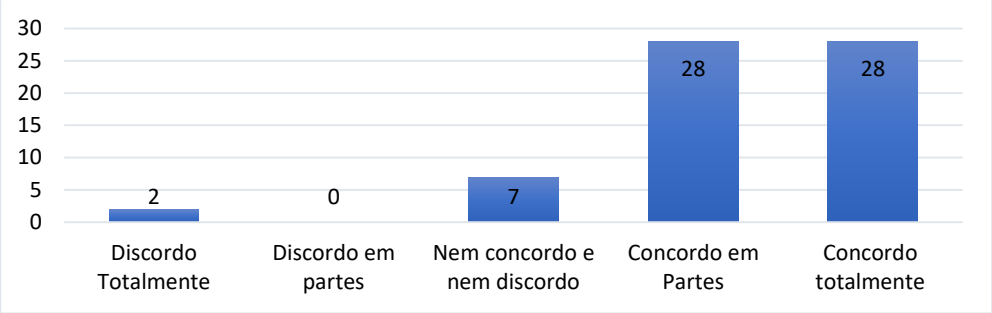
Gráfico 3 - Compreensão dos princípios básicos do Cooperativismo:



Fonte: Elaborado com base nos dados coletados (2022).

Para o escopo desse estudo foi importante saber se a C. Vale, por meio dos núcleos femininos, estimula e desenvolve atividades relacionadas a consolidação dos princípios cooperativistas (Gráfico 4). Para 86% das respondentes “sim”, a cooperativa estimula e desenvolve várias atividades nesse sentido. No processo da educação cooperativista é possível identificar práticas de gestão e de liderança cooperativa. A organização da cooperação, em seus aspectos práticos, exige de seus sujeitos e atores uma comunicação de interesses, de objetivos e práticas a respeito do qual precisam falar, argumentar e decidir. Nesse processo de interlocução de saberes de cada cooperado, os dois fenômenos se relacionam, entrelaçam-se e potencializam-se, como práticas sociais específicas (SCHNEIDER, 2003).

Gráfico 4 - A C. Vale estimula atividades de educação cooperativista com base na doutrina e nos princípios do cooperativismo?

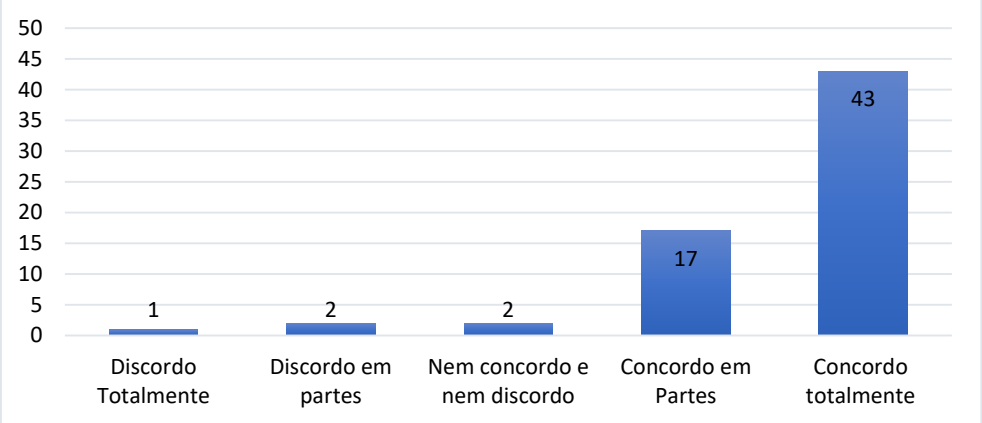


Fonte: Elaborado com base nos dados coletados (2022).

Ainda com relação ao Gráfico 4, fica como proposta para a continuidade do estudo, a busca do entendimento do porquê duas participantes responderam que "discordam totalmente" e sete delas que não concordam e nem discordam. A busca por essa resposta está pautada na questão de que o cerne da educação cooperativista é consolidar os princípios cooperativistas como forma de sua manutenção enquanto sistema de produção cooperativada, assim, dirimir esses posicionamentos são importantes para o êxito do próprio processo de educação cooperativista proposto pela C. Vale e, com ele, dos núcleos femininos.

Como forma de reiterar os resultados obtidos na questão anterior, as respostas obtidas com a questão seguinte, ilustradas pelo Gráfico 5, ratificam as opiniões das entrevistadas de que a C. Vale deve promover ações que integrem seus cooperados em prol da educação cooperativista. Noventa e dois por cento das entrevistadas afirmaram que os conteúdos da educação cooperativa devem ser estimulados.

Gráfico 5 - As cooperativas devem atuar na educação de seu cooperado?

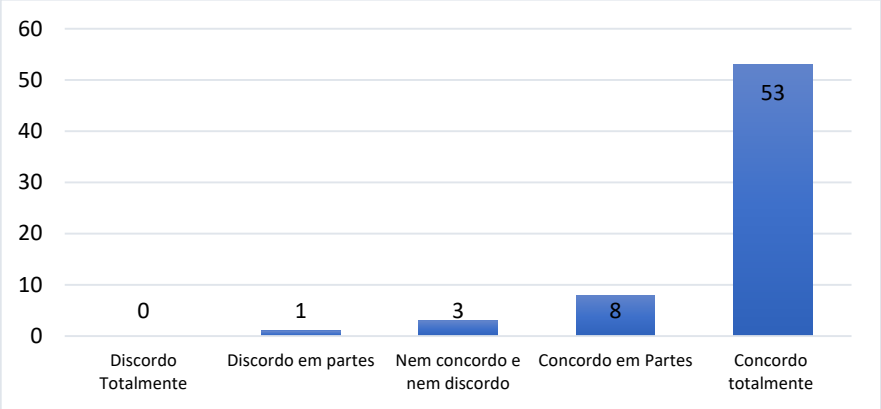


Fonte: Elaborado com base nos dados coletados (2022).

Se for considerado os resultados obtidos com os Gráficos 4 e 5, pode-se dizer que os núcleos femininos em estudo estão conseguindo levar em conta tanto a formação cooperativista quanto a prática da cooperação, com suas metodologias e estilos adequados de condução do processo cooperativo. Para Schneider (2003), a educação doutrinária é fundamental, pois é ela que, por meio dos seus valores e princípios, dá sentido a todo o processo, que incentiva e direciona todas as atividades e práticas cooperativistas em prol de maior bem-estar e dignidade das pessoas que compõem a cooperativa. É o trabalho sobre os valores e os princípios do cooperativismo que formata, entre os agentes da cooperação, a afinidade mental e afetiva que os motiva a cooperar e a continuar cooperando.

Entre as atividades de educação cooperativista que a C. Vale pode promover junto ao seu quadro de cooperados estão os cursos e os treinamentos. Essas atividades fazem parte do cotidiano das cooperativas agropecuárias do Sul do país (SCHNEIDER, 2003). Assim, buscou-se saber se as mulheres que participaram deste estudo veem e entendem que essas atividades estão inerentes ao processo de educação cooperativista da C. Vale. Para 94% das participantes as cooperativas devem promover cursos e treinamentos (Gráfico 6).

Gráfico 6 – As cooperativas devem promover cursos e treinamentos para as cooperadas?

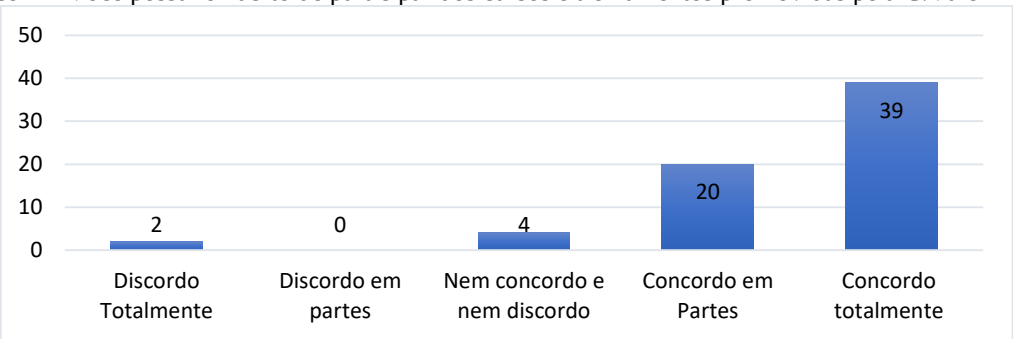


Fonte: Elaborado com base nos dados coletados (2022).

Para Schneider (2003) não se nasce cooperado em um ambiente predominantemente competitivo e individualista. Não se muda o comportamento de uma pessoa sem mudar sua mentalidade. Uma mentalidade diferente só se adquire por meio de uma educação continuada e persistente, motivando-a em prol de ideias, valores, princípios e atitudes que apelem para a solidariedade e a ajuda mútua, princípio básico do cooperativismo que deve ser estimulado por meio de cursos e de treinamentos voltados à educação cooperativista.

Dando continuidade ao estudo, perguntou-se as cooperadas se elas participam dos cursos e dos treinamentos promovidos pelo núcleo feminino da C. Vale (Gráfico 7). É importante citar que esse estudo foi feito em março de 2022, ou seja, num período incipiente de pós-Covid-19 ou, pelo menos, após a fase crítica da pandemia no Sul do país. Trinta e nove respondentes (60%) disseram que possuem o hábito de participar ativamente dos cursos e dos treinamentos promovidos pelo núcleo feminino a que pertencem na C. Vale. Vinte cooperadas afirmam que concordam em parte, ou seja, participam de alguns e de outros não.

Gráfico 7 – Você possui o hábito de participar dos cursos e treinamentos promovidas pela C.Vale



Fonte: Elaborado com base nos dados coletados (2022).

Se for considerado que 94% das entrevistadas afirmaram que a C.Vale deve promover cursos e treinamentos (Gráfico 6), o percentual de 60% (Gráfico 7) de cooperadas que participam ativamente desses cursos e treinamentos pode ser considerado insatisfatório. Contudo, não se pode ignorar o cenário instaurado pela pandemia da Covid-19. Independente

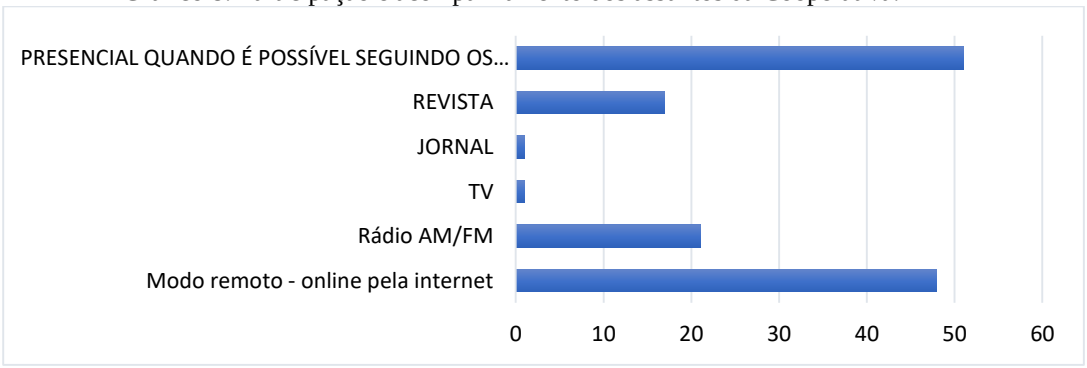
desse cenário pandêmico, cabe ao núcleo feminino da C. Vale investigar o porquê desse percentual.

Mas as ações do núcleo feminino da C. Vale não se restringem a cursos e a treinamentos. Entre as estratégias de educação cooperativista estão os informativos/boletins/revistas do cotidiano da cooperativa. Nesse quesito, cinquenta e uma cooperadas (78%) (Gráfico 8), afirmaram participar de forma presencial, desde que sejam implantados os protocolos de segurança impostos pela Covid-19. Ou seja, há indicativos reais de que, para atividades mais rápidas e objetivas, essas cooperadas preferem e participam, ativamente.

As cooperadas entrevistadas preferem atividades presenciais curtas e objetivas. Essa preferência foi ratificada pela Assessora do Núcleo Feminino da C. Vale, quando afirmou que: *"A participação delas em comparação a outros públicos superou a expectativa, iniciamos alguns eventos presenciais e a participação foi bem semelhante aos dos eventos sem pandemia. Claro que os eventos foram para um público reduzido, mas com todos os cuidados elas participaram sem medo!"* (FÚRIO, 2022).

A preferência por atividades presenciais é considerada uma característica de quem trabalha no campo. O produtor/produtora prefere o contato direto, priorizando assim a sua posição perante às suas atividades e interesses pela cooperativa. À medida que esses processos se apresentam como parte do cotidiano das cooperativas, estas tendem a possuir um quadro associativo mais coeso e atuante, identificado com o seu próprio negócio, como também assumindo atitudes solidárias, fortalecendo-se enquanto indivíduo e enquanto grupo (SCHNEIDER, 2003).

Gráfico 8: Participação e acompanhamento dos assuntos da Cooperativa:



Fonte: Elaborado com base nos dados coletados (2022).

Cabe destaque a introdução de informativos veiculados por meios eletrônicos, via internet. Por meio desse canal de comunicação, 73% das entrevistadas afirmaram acompanhar os assuntos pertinentes a C. Vale (Gráfico 8). Independente se esse canal se consolidou ou não com a pandemia da Covid-19 é um número significativo que o Núcleo Feminino da C. Vale não pode ignorar, pelo contrário, deve introduzi-lo cada vez no cotidiano dessas cooperadas, uma vez que as mesmas, o ratificam como um eficiente meio de comunicação.

Para Schneider (2003), as cooperativas necessitam de programas de comunicação que favoreçam a educação cooperativista aos seus cooperados e estabeleçam uma dimensão apropriada para os valores e princípios que a perpassam. Para tanto as ações organizadas devem fazer parte de um programa permanente, com iniciativas e objetos claramente definidos e com meios de divulgação apropriados ao cotidiano do cooperado. Nesse contexto, os informativos veiculados pela internet se mostraram atrativos para as cooperadas entrevistadas.

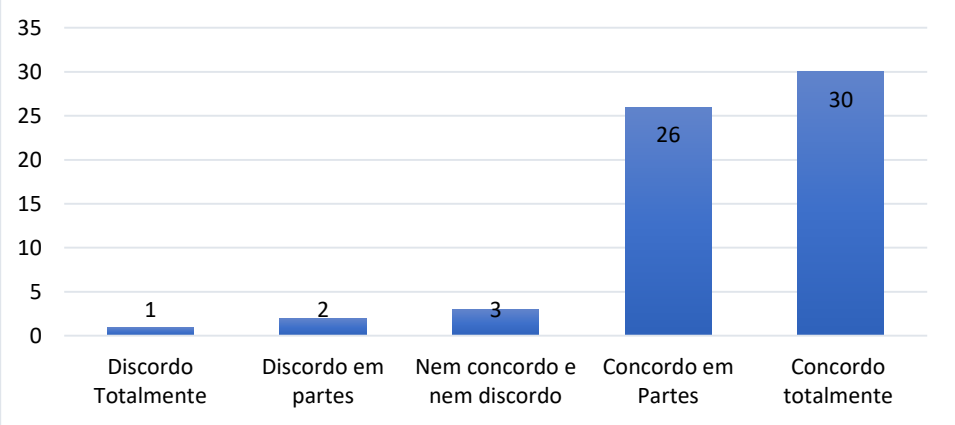
O conhecimento e o reconhecimento dos destinatários, considerados os públicos a serem trabalhados por meio de mecanismos formais ou informais de comunicação e a determinação de uma escala de prioridades, constituem passo importante para o estabelecimento de políticas

internas e externas à organização.

De acordo com Fúrio (2022), a C. Vale faz uso de diversos veículos de comunicação para atualizar seus cooperados do cotidiano da cooperativa, tais como: "*Revista da C.Vale; Internet; Dias de Campo e atividades realizadas nas comunidades onde há entrepostos. Para os núcleos femininos Temos um cronograma de eventos que envolvem desde, reuniões mensais onde repassamos informações da Cooperativa e treinamentos que seguem três linhas de atuação (formação pessoal e profissional, qualidade de vida e geração de emprego e renda)".*

E, por último, com o objetivo de identificar se as cooperadas estão satisfeitas com o desempenho geral da cooperativa, se teve o retorno de 86% que estão satisfeitas (Gráfico 9). Essa questão teve um cunho geral de grau de satisfação, não especificando se esse grau de satisfação estava atrelado ou não a atuação dos Núcleos Femininos da C. Vale. Assim, com a porcentagem de respostas obtidas tem-se a leitura de que as entrevistadas estão satisfeitas com a cooperativa a que se associaram. Esse percentual é um indicador que deve ser avaliado pelo Núcleo Feminino da C. Vale como forma de potencializar suas ações e redirecioná-las, cada vez mais, às demandas dessas cooperadas, uma vez que, se obteve indicativos promissores de que as estratégias de educação cooperativa adotadas estão sendo absorvidas e satisfazendo esse grupo de cooperadas.

Gráfico 9: Satisfação com o desempenho geral da cooperativa C. Vale



Fonte: Elaborado com base nos dados coletados (2022).

Os resultados obtidos com esse estudo piloto reiteram as considerações de Schneider (2003) quando afirma que a ação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas elas são questão de sobrevivência. Sem essas atitudes, as cooperativas são desvirtuadas ou até absorvidas pelo sistema socioeconômico e pelo processo social dominante que é a concorrência e o conflito. Transformando assim o perfil do cooperado como um ator desinformado, desestimulado, desinteressado, não participativo, individualista, competitivo, para um perfil de cooperado bem informado, solidário, motivado e participativo.

Os conteúdos da educação cooperativa devem levar em conta tanto a formação cooperativista quanto a prática da cooperação, com suas metodologias e estilos adequados de condução do processo cooperativo. A educação doutrinária é fundamental, pois é ela que, por meio dos seus valores e princípios, dá sentido a todo o processo, que incentiva e direciona todas as atividades e práticas cooperativistas em prol de maior bem-estar e dignidade das pessoas que compõem a cooperativa. É o trabalho sobre os valores e os princípios do cooperativismo que formata entre os agentes da cooperação a afinidade mental e afetiva que os motiva a cooperar e a continuar cooperando (SCHNEIDER, 2003).

5. Considerações Finais

O objetivo desse estudo foi analisar a participação de mulheres cooperativistas em comitês femininos ou, neste caso, de núcleos femininos. Para tanto, foi realizado um estudo piloto junto aos Núcleos Femininos da Cooperativa Agroindustrial C. Vale, com sede no município de Palotina, Oeste do Paraná, com um recorte territorial que abrangeu as unidades da C. Vale na Microrregião de Toledo (Figura 1). Trata-se de uma iniciativa que propõe a discussão da participação e da inserção desses núcleos no interior do sistema cooperativista.

A C. Vale vem promovendo e estimulando a educação cooperativista como estratégia de formação de seus cooperados (STABACK, 2020). Especificamente para as agricultoras cooperadas as estratégias adotadas pelo Núcleo Feminino da cooperativa visam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento pessoal e profissional delas de forma que se revertam em ações que desenvolvam e consolidem o cooperativismo agropecuário como forma de sobrevivência e manutenção da mulher no campo.

As ações do Núcleo Feminino da C. Vale primam pela divulgação e conscientização dos princípios do cooperativismo agropecuário, destacando a natureza e os benefícios da cooperação para a manutenção do mulher no campo, tornando-a agente ativo no elo entre os associados/cooperados e a cooperativa.

Os resultados obtidos com esse estudo piloto mostram que a mulher do campo, agricultora e cooperada, é uma agente ativa no processo cooperativo. Desse modo, é importante e estratégico que a C. Vale continue e amplie as ações de seus Núcleos Femininos, buscando alcançar cada vez mais adeptas aos Núcleos.

A capacitação humana e profissional dessas cooperadas poderá propiciar as condições necessárias a inserção feminina no agronegócio, tanto a montante quanto a jusante, fortalecendo os vínculos cooperativos e, com eles, a essência do cooperativismo. Os resultados alcançados com esse estudo piloto corroboram com as pesquisas feitas por Hein e Büttenbender (2001) e Heredia e Citrão (2006), enfatizando a importância da participação e da permanência feminina no agronegócio e não somente no campo.

Por fim, durante o desenvolvimento desse estudo, emergiu a necessidade de novos desdobramentos, ampliando-o para os demais Núcleos Femininos da C. Vale e, com ele, a análise de inserção e de efetividade dos programas de educação cooperativista nos demais municípios que detêm cooperativas agropecuárias que atuem com comitês/núcleos femininos no estado do Paraná.

A ampliação deste estudo poderá fomentar ações efetivas, junto as cooperativas agropecuárias paranaenses, do papel da mulher cooperada, não somente como esposa ou companheira do cooperado, mas como agente atuante de toda a cadeia do agronegócio.

Referências

ALBUQUERQUE, P. P. Reflexões sobre contemporaneidade, educação e agir cooperativo. In: SCHNEIDER, J. O. (Org.). **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: Unisinos, 2003. p. 109-134.

BRAATZ, R. G. M.; KUHN, S. L. COMITÊS FEMININOS: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO SISTEMA COOPERATIVISTA. **Revista Expectativa**, v. 8, n. 1, 2012. DOI: 10.48075/revex.v8i1.5933. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/5933. Acesso em: 26 mar. 2022.

BÜTTENBENDER, P. L. et al. **O cooperativismo e as contribuições para o desenvolvimento regional.** 2010. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/26.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2014.

CIELO, I. D.; WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, Carla Maria. A participação feminina no agronegócio: o caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. **Revista Capital Científico–Eletrônica**, v. 12, nº 1, 2014, p. 59-77.

C. VALE. Cooperativa Agroindustrial. **História da C.Vale**. Página inicial. 2019. Disponível em: <http://www.cvale.com.br>. Acesso em: fev- set. 2019.

DALLER, V. L. O. O empoderamento da mulher e a igualdade de gênero: coopergênero uma política pública de cooperativismo. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE PESQUISADORES EM COOPERATIVISMO - EBPC, 1., 2010, Brasília. **Coletânea**... Disponível em: <http://www.fearp.usp.br>. Acesso em: 16 maio 2013.

FERREIRA, P. R.; SOUSA, D. N. de; AMODEO (EM MEMÓRIA), N. B. P. Situação da Educação Cooperativista nas Cooperativas Agropecuárias de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 518–552, 2018. DOI: 10.21527/2237-6453.2018.42.518-552.

FRANTZ, W. Educação para o cooperativismo: a experiência do movimento comunitário de base de Ijuí. In: SCHNEIDER, J. O. (Org.). **Educação cooperativa e suas práticas**. Brasília: SESCOOP. 2003. p. 59-108.

FRANTZ, W. Razões do cooperativismo moderno. **O Interior**, Porto Alegre, v. 32, n. 963, p. 12, mar. 2008.

FRANTZ, W. **Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária:** relações entre as práticas sociais de educação e de cooperação. Ijuí: Ed. Unijuí, Rio Grande do Sul, Brasil. 2012.

FRANTZ, W. SCHONARDIE, P. A. SCHNEIDER, J. O. As práticas do movimento cooperativo como lugares de educação**.** 2017. **Revista de Didácticas Específicas**. n°16. p.14-26.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FÚRIO, M. K. **Questionário destinado a dirigente da C. Vale.** [Entrevista concedida a] Daiane F. Staback. Palotina, 2022.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política.** Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

HEIN, F. A.; BÜTTENBENDER, P. L. **A mulher no cooperativismo:** uma abordagem sobre a Cotrirosa. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.

HENDGES, M.; SCHNEIDER, J. O. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. **Economia Solidária e Ação Cooperativa (Esac)**, Unisinos, v. 1, n. 1, p. 33-48, jul./dez. 2006.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural Brasileiro. **Revista Nera. Presidente Prudente**, v. 9, n.8, p.1-28, 2006.

LAGO, A. educação cooperativa: a experiência do programa do Sicredi. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, 2008, Rio Brando. **Anais...** Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008

LEAL, A. R.; COTRIM, D. **A Inserção das Mulheres no Cooperativismo: estudo de caso COOMAFITT**. 2013. Capítulo XIX. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Adriana%20Leal.pdf>. Acesso em 10. Jan. de 2022.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para que?** São Paulo: Cortez, 1998.

MÉSZAROS. I. **A educação para além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

NASCIMENTO, F. R. **Cooperativa como Alternativa de Mudança:** uma abordagem normativa. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 209p.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. Relatório de Atividades e planos de ação. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/numeros> Acesso em: 12. Jan. 2022.

SANTOS, F. E. G. **Educação cooperativista e organização do quadro social de cooperativas**. Belo Horizonte: Sescoop-MG, 2000, p. 1-34.

SCHNEIDER, J. O. (org.). **A educação cooperativa e suas práticas.** Brasília/São Leopoldo: SESCOOP/UNISINOS. 256 p., 2003.

SCHNEIDER, J. O. **Educação e capacitação cooperativa**: sua importância e aplicação. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - PR. **Mulher:** presença obrigatória no crescimento da agropecuária. 2009. Disponível em:<http://www.senarpr.org.br> Acesso em 10. Out. de 2021.

SOUZA, A. R. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000. p. 7-10.

STABACK, D. F. **Educação cooperativista e sua importância na manutenção do cooperado:** o caso da cooperativa agroindustrial C.VALE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2020.